

Informações Financeiras Intermediarias

Transmissora José Maria de Macedo de

Eletrociadade S.A.

30 de setembro de 2025
com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Comentário de Desempenho

30 de setembro de 2025 (3 TRI 25) e 30 de setembro de 2024 (3TRI 24)

Destaques Financeiros

Receita Líquida

No 3TRI 25, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 78,2 milhões, uma queda de 17,4% em relação ao mesmo trimestre de 2024 (R\$ 94,6 milhões). No acumulado 9M 25, a receita líquida recuou 6,3% em comparação ao 9M 24.

A receita de implementação e infraestrutura apresentou queda de 100,0%, impactada principalmente pela ausência de aportes no período, conforme o calendário de reforços. Essa variação também reflete o reconhecimento contábil da eficiência operacional com a entrada em funcionamento dos reforços em Argo VII no 3TRI 24.

A remuneração dos ativos de concessão atingiu R\$ 83,5 milhões no 3TRI 25, ante R\$ 80,7 milhões no 3TRI 24. No acumulado, a remuneração dos ativos de concessão atingiu R\$ 294,1 milhões, representando um aumento de 9,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Impulsionados, sobretudo, pela entrada em operação de novos reforços neste trimestre.

Os encargos regulatórios e outras deduções apresentaram aumento de 33,5% no comparativo trimestral e de 5,7% no acumulado, devido a ocorrência de parcela variável (PV) no 3TRI 25.

Receita Operacional Líquida (em milhares de reais)	3TRI 25	3TRI 24	Δ%	9M 25	9M 24	Δ%
Receita de implementação de infraestrutura	-	16.583	-100,0%	2	43.209	-100,0%
Operação e Manutenção	4.957	4.977	-0,4%	14.911	14.555	2,4%
Remuneração dos ativos de concessão	83.480	80.751	3,4%	294.096	268.007	9,7%
Encargos regulatórios e outras deduções	(10.256)	(7.680)	33,5%	(32.776)	(31.000)	5,7%
Receita Operacional Líquida	78.181	94.631	-17,4%	276.233	294.771	-6,3%

Custos e Despesas

No 3TRI 25, os custos e despesas apresentaram aumento expressivo em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, refletindo as seguintes variações: (i) redução de 100,0% no custo de construção, devido à conclusão dos investimentos em reforços realizados em 2024; (ii) aumento de 50,6% na linha de pessoal, em função do crescimento de despesas relacionadas à otimização da cultura organizacional e dos processos da Companhia; e (iii) a linha de “outros” apresentou aumento devido à revisão tarifária negativa no 3TRI 25.

No acumulado 9M 25, os custos e despesas aumentaram 173,8% em comparação ao 9M 24, resultado, principalmente, da revisão tarifária negativa de Argo VII.

PMSO e D&A (em milhares de reais)	3TRI 25	3TRI 24	Δ%	9M 25	9M 24	Δ%
Serviços de terceiros	(3.291)	(2.942)	11,9%	(8.638)	(9.461)	-8,7%
Custos de construção	-	(9.979)	-100,0%	-	(30.014)	-100,0%
Pessoal	(2.236)	(1.485)	50,6%	(7.839)	(6.725)	16,6%
Outros	(112.435)	(382)	29333,2%	(113.442)	(1.250)	8975,4%
Custos e Despesas	(117.962)	(14.788)	697,7%	(129.919)	(47.450)	173,8%

Endividamento

Em setembro de 2025, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 933,0 milhões, redução de 1,4% em relação a setembro de 2024.

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 91,6% (R\$ 992,3 milhões) no longo prazo e 8,4% (R\$ 90,6 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 100% dos títulos estão atrelados ao IPCA.

Endividamento (em milhares de reais)	Set/25	Set/24	Δ%
Empréstimos e financiamentos	616.960	610.150	1,1%
Debentures	466.019	465.042	0,2%
Dívida Bruta	1.082.979	1.075.192	0,7%
Caixa e Aplicações financeiras	(150.019)	(128.737)	16,5%
Dívida Líquida	932.960	946.455	-1,4%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano*.



*Ano: refere-se ao período entre outubro e setembro do ano seguinte.

EBITDA e Margem EBITDA

No 3TRI 25, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 49,1 milhões, uma redução de 218,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 41,3 milhões). No acumulado 9M 25, o lucro líquido totalizou R\$ 41,5 milhões, representando uma redução de 66,9% em comparação ao 9M24.

O resultado financeiro no 3TRI 25 foi de R\$ 23,9 milhões, alta de 0,9% frente a 3TRI 24 (R\$ 23,6 milhões). No acumulado, o resultado financeiro teve um aumento de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento dos indicadores macroeconômicos, como IPCA, que impactaram as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos.

O EBITDA no 3TRI 25 somou negativos R\$ 39,7 milhões, com margem negativa de 50,8%, redução de 149,7% em comparação ao 3TRI 24 e no acumulado de 9M 25, o EBITDA foi de R\$ 146,5 milhões, com margem de 53,1%, principalmente impactado pela revisão tarifária que ocorreu no 3TRI 25.

EBITDA (em milhares de reais)	3TRI 25	3TRI 24	Δ%	9M 25	9M 24	Δ%
Lucro Líquido	(49.063)	41.279	-218,9%	41.473	125.406	-66,9%
IRPJ / CSLL	(14.585)	14.917	-197,8%	21.345	43.787	-51,3%
Resultado Financeiro	23.867	23.647	0,9%	83.496	78.128	6,9%
Depreciação / amortização	74	(26)	-384,6%	232	(46)	-604,3%
EBITDA IFRS	(39.707)	79.817	-149,7%	146.546	247.275	-40,7%
Margem EBITDA	-50,8%	84,3%	-160,2%	53,1%	83,9%	-30,8%

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2025

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado (consumido)	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselho de Administração e Acionistas da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstrações do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas e informações intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e a revisão das informações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado (informação suplementar) referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 31 de janeiro de 2025 e de 14 de novembro de 2024, respectivamente.

São Paulo, 12 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balanço patrimonial

30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/09/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.704	7.967
Títulos e valores mobiliários	5.1	73.926	79.106
Contas a receber de clientes	6	32.324	38.973
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.806	2.836
Outros tributos a compensar		150	80
Ativo da concessão	7.1	323.427	324.558
Fundos vinculados	5.2	-	40
Outros ativos		14.769	17.000
Total do ativo circulante		458.106	470.560
 Não circulante			
Fundos vinculados	5.2	67.389	76.715
Contas a receber de clientes	6	12.455	-
Ativo da concessão	7.1	2.427.141	2.481.395
Outros ativos		12.974	21.652
Imobilizado		1.158	1.331
Intangível		305	364
Total do ativo não circulante		2.521.422	2.581.457
 Total do ativo		2.979.528	3.052.017

	Nota explicativa	30/09/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		2.216	9.514
Encargos sociais e trabalhistas		609	435
Obrigações tributárias	8	5.490	5.390
Obrigações regulatórias	9	4.003	3.418
Dividendos a pagar	15.2	49.246	1.492
Partes relacionadas	14	980	1.208
Empréstimos e Financiamentos	10	62.272	56.962
Debêntures	11	28.362	34.303
PIS e COFINS diferidos	12	29.917	30.022
Provisões		2.453	3.182
Outros passivos		21.463	16.653
Total do passivo circulante		207.011	162.579
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	10	554.688	579.529
Debêntures	11	437.657	447.311
Contingências Passivas	13	1.596	3.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	417.488	396.143
PIS e COFINS diferidos	12	224.511	229.528
Total do passivo não circulante		1.635.940	1.655.588
Patrimônio líquido			
Capital social	15	504.397	504.397
Reserva de lucros		554.707	693.453
Dividendos adicionais propostos		36.000	36.000
Lucros acumulados		41.473	-
Total do patrimônio líquido		1.136.577	1.233.850
Total do passivo e patrimônio líquido		2.979.528	3.052.017

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado

Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas		2.423	9.341	16.233	36.690
Remuneração financeiro do ativo de concessão		75.758	266.892	78.398	258.081
Receita operacional líquida	16	78.181	276.233	94.631	294.771
Custo de construção	17	-	-	(9.979)	(30.014)
Custo de operação e manutenção	17	(3.939)	(11.189)	(3.438)	(11.611)
Lucro bruto		85.649	276.451	81.214	253.146
Gerais e administrativas	17	(2.113)	(6.820)	(1.371)	(5.825)
Outras despesas e receitas operacionais	xx17	(111.910)	(111.910)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(39.781)	146.314	79.843	247.321
Receitas financeiras	18	6.337	15.698	4.590	11.629
Despesas financeiras	18	(30.204)	(99.194)	(28.237)	(89.757)
Resultado financeiro		(23.867)	(83.496)	(23.647)	(78.128)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social		(63.648)	62.818	56.196	169.193
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	1.781	-	(837)	(3.244)
Diferido	19	12.804	(21.345)	(14.080)	(40.543)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(49.063)	41.473	41.279	125.406
Lucro por ação - R\$ (básico e diluído)	20	(0,0973)	0,0822	0,0818	0,2486

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	(49.063)	41.473	41.279	125.406
Total do resultado abrangente do período	(49.063)	41.473	41.279	125.406

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social Subscrito e integralizado	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais			
Em 31 de dezembro de 2023		504.397	34.178	505.964	31.605	32.916	-	1.109.060
Lucro líquido do período	20	-	-	-	-	-	125.406	125.406
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(32.916)	-	(32.916)
Dividendos intermediários aprovados		-	-	(17.331)	-	-	-	(17.331)
Em 30 de setembro de 2024		504.397	34.178	488.633	31.605	-	125.406	1.184.219
Em 31 de dezembro de 2024		504.397	43.004	600.282	50.167	36.000	-	1.233.850
Lucro líquido do período	20	-	-	-	-	-	41.473	41.473
Dividendos adicionais aprovados	15	-	-	(138.746)	-	-	-	(138.746)
Em 30 de setembro de 2025		504.397	43.004	461.536	50.167	36.000	41.473	1.136.577

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/09/2025	30/09/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período		41.473	125.406
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	21.345	40.543
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	3.244
Provisão para PIS e COFINS diferidos	12	(5.122)	9.924
Remuneração do ativo de concessão	16	(294.096)	(268.007)
Receita de operação e manutenção	16	(14.911)	(14.555)
Receita de construção	16	-	(38.633)
Revisão tarifária periódica		123.317	
Receitas de aplicações financeiras	18	(16.110)	(10.969)
Provisões de bônus e PLR		1.567	
Provisões e atualizações de contingências passivas		-	1.160
Depreciação e amortização		232	(46)
Juros e variação monetária sobre empréstimos	10	49.571	42.105
Juros e variação monetária sobre debêntures	11	47.458	45.993
Amortização dos custos de transação	10 e 11	750	750
		<u>(44.526)</u>	<u>(63.085)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(5.806)	(4.828)
Ativo da concessão	7.1	241.075	213.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(207)	(843)
Outros tributos a compensar		(70)	(3.610)
Despesas pagas antecipadamente		-	(201)
Outros Ativos		10.909	(44)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(7.298)	(1.895)
Encargos sociais e trabalhistas		174	238
Obrigações tributárias	8	100	(2.096)
Obrigações regulatórias	9	585	500
Partes relacionadas	14	(228)	(407)
Provisões		(729)	-
Contingências passivas	13	(1.481)	-
Outros passivos		4.810	4.050
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.763)</u>	<u>(3.244)</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		<u>193.978</u>	<u>138.433</u>
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(19)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(131.823)	(102.860)
Resgates em títulos e valores mobiliários		145.448	128.270
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento		<u>13.625</u>	<u>25.391</u>
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		7.836	-
Pagamento de principal de empréstimos	10	(41.454)	(34.510)
Pagamento de principal de debêntures	11	(17.024)	(15.015)
Pagamento de juros de empréstimos	10	(35.544)	(34.721)
Pagamento de juros de debêntures	11	(46.719)	(44.769)
Aplicações em fundos vinculados - caixa restrito		(49.355)	(57.876)
Resgates em fundos vinculados - caixa restrito		66.386	75.095
Dividendos pagos		(90.992)	(51.618)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(206.866)</u>	<u>(163.414)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>737</u>	<u>410</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	8.704	7.886
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	7.967	7.476
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>737</u>	<u>410</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstração do valor adicionado (consumido)
 Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>30/09/2025</u>	<u>30/09/2024</u>
Receitas		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	14.911	14.555
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	38.633
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	294.096	268.007
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(2.823)	4.530
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(8.638)	(9.461)
Custo de operação e manutenção	(920)	(1.104)
Custo de construção	-	(30.014)
Outros	(2.103)	(1.731)
Valor adicionado bruto	<u>294.523</u>	<u>283.415</u>
Depreciação e amortização	(232)	46
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>294.291</u>	<u>283.461</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.447	12.142
Outras receitas e despesas	(123.317)	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>187.421</u>	<u>295.603</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	6.972	6.725
Remuneração direta	5.510	4.723
Benefícios	1.124	895
Encargos sociais	338	1.107
Impostos, taxas e contribuições	41.947	75.374
Tributos federais	41.843	75.374
Tributos municipais	104	-
Remuneração de capitais de terceiros	97.029	88.098
Juros	97.029	88.098
Remuneração de capitais próprios	41.473	125.406
Lucro líquido do período	41.473	125.406

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Argo VII”), é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 - 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional (SIN) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o registro na categoria B, sendo o pedido deferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. (“Argeb”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Companhia.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.2. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Concessão--Continuação

- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida (“RAP”) após entrada em operação do empreendimento. O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação parcial em 27 de março de 2018, e em 17 de abril de 2020 o projeto foi integralmente concluído e entrou em operação total.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$292.995 (valor para o ciclo 2025-2026), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implantação de reforços através das seguintes Resoluções Autorizativas:

REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ourolândia II, com investimento de R\$37.650 e Receita Anual Permitida de R\$6.600 (para o ciclo 2025-2026), cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

Em 27 de julho de 2023, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação um banco de reatores de barra monofásico RT4 500 kV - 33,3 Mvar, adequação da conexão do 2º banco de reatores de barra monofásicos (3x33,3 Mvar), instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500 kV, para o reator de barra RT4 500kV - 33,3 Mvar na subestação de Ourolândia II, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 21 de julho de 2023. Na mesma data, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo para a operação do projeto de reforço de instalação um módulo de infraestrutura associado ao 2º banco de reatores monofásicos 500 kV na subestação de Ourolândia II e interligação de barramentos IB5, em 500 kV, arranjo disjuntor e meio, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 21 de julho de 2023.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Concessão--Continuação

REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ourolândia II, com investimento de R\$67.400 e Receita Anual Permitida de R\$11.100 (para o ciclo 2025-2026).

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação, na subestação de Ourolândia II, de dois módulos de conexão, um em 230 kV e outro em 500 kV, para o banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230KV - 900 MVA, e um banco de autotransformadores monofásicos TR3 500/230-13,8 kV - 3x300 MVA, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

Em 12 de março de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço, na subestação Ourolândia II, de adequação de um módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra em 230 kV referente a instalação do terceiro banco de transformadores 500/230 kV, adequação da barra de transferência no pátio de 230 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores e adequação da barra de transferência no pátio de 500 kV para o compartilhamento da fase reserva existente com o 3º banco de autotransformadores, cuja entrada em operação comercial definitiva foi em 06 de março de 2024.

REA nº 12.294/2022 de 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento de R\$67.500 e Receita Anual Permitida de R\$10.700 (para o ciclo 2025-2026), com término da obra em outubro de 2024.

Em 18 de outubro de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de reforço de instalação MG 500 kV GENTIO DO OURO II MG1 BA - Módulo de infraestrutura de manobra - infraestrutura para a conexão do autotransformador TR3, lado de 230 kV, em BD4

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Concessão--Continuação

Resolução Homologatória nº 3.475/25 - Revisão Tarifária Periódica

Em 17 de junho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.475/25, que estabeleceu o resultado das revisões tarifárias periódicas da Companhia a partir do mês de julho de 2025. Para as receitas ofertadas no leilão tivemos o percentual de reposicionamento de -0,40% e para as receitas oriundas dos reforços o percentual definido foi de 11,14%. O reconhecimento desse reposicionamento no fluxo de recebimento do ativo de contrato da concessão gerou um impacto a valor presente no montante bruto de R\$123.317, conforme nota 7, o impacto líquido de impostos no resultado da companhia foi de R\$111.910 (nota 17).

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR e legislação específica emanada pela ANEEL , quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 12 de novembro de 2025.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

2.5. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, publicadas em 31 de janeiro de 2025, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e depósitos bancários	8.704	7.967
Total	8.704	7.967

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Circulante

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	73.926	79.106
Total	73.926	79.106

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,27% do CDI em 30 de setembro de 2025 (97,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Fundos vinculados - Caixa restrito

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta Reserva (**)	67.389	76.755
Total	67.389	76.755

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”. Em 30 de setembro de 2025, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 99,18% do CDI (93,26% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber de clientes	44.779	38.973
Total	44.779	38.973

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
 Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	30/09/2025	31/12/2024
Títulos a vencer	29.053	27.382
Títulos vencidos em até 30 dias	2.988	1.322
Títulos vencidos em até 90 dias	283	1.690
Títulos vencidos há mais de 90 dias	12.455	8.579
	44.779	38.973
Classificados como:		
Ativo circulante	32.324	38.973
Ativo não circulante (*)	12.455	-

(*) O montante de R\$12.455 classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.". O saldo comparativo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$8.579.

7. Ativo da Concessão

7.1. Composição do Ativo da Concessão

	30/09/2025	31/12/2024
Receita de construção	2.099.715	2.099.715
Receita de operação e manutenção	134.420	119.509
Receita de remuneração do ativo de concessão	2.442.842	2.148.746
Recebimentos	(1.814.874)	(1.573.800)
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	11.783	11.783
Revisão tarifária periódica	(123.317)	-
Total	2.750.568	2.805.953
Circulante	323.427	324.558
Não circulante	2.427.141	2.481.395

7.2. Margens de obrigações e performance

	30/09/2025	30/09/2024
Margem de O&M		
Receita	14.911	14.555
Custos	(11.189)	(11.611)
Margem (R\$)	3.722	2.944
Margem Percebida (%)	25%	20%

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

7. Ativo da Concessão--Continuação

7.2. Margens de obrigações e performance--Continuação

	30/09/2025	30/09/2024
Margem de Construção (*)		
Receita	-	38.633
Custos	-	(30.014)
Margem (R\$)	-	8.619
Margem Percebida (%)	-	22%

(*) Investimento em reforços realizado no exercício de 2024 em projetos que entraram em operação durante o exercício de 2024, não havendo projetos de reforços em andamento para o exercício 2025.

7.3. Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.656.883
Receita de construção	38.633
Remuneração do ativo de concessão	268.007
Receita de operação e manutenção	14.555
Recebimentos	(213.898)
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.764.180
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.805.953
Remuneração do ativo de concessão	294.096
Receita de operação e manutenção	14.911
Revisão tarifária periódica	(123.317)
Recebimentos	(241.075)
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.750.568

8. Obrigações tributárias

	30/09/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	5.040	4.705
ICMS	10	136
ISS de terceiros	298	310
Outros tributos	142	239
Total	5.490	5.390

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Obrigações regulatórias

	30/09/2025	31/12/2024
Obrigações a pagar de P&D	3.758	3.181
Encargos regulatórios a recolher (*)	245	237
Total	4.003	3.418

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP - Financiadora de estudos e projetos.

10. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES
Saldo em 31 de dezembro de 2023	637.217
Juros e variação monetária	42.105
Pagamentos de principal	(34.510)
Pagamentos de juros	(34.721)
Custo de transação	59
Saldo em 30 de setembro de 2024	610.150
Saldo em 31 de dezembro de 2024	636.491
Captação	7.836
Juros e variação monetária	49.571
Pagamentos de principal	(41.454)
Pagamentos de juros	(35.544)
Custo de transação	60
Saldo em 30 de setembro de 2025	616.960
	30/09/2025
Classificados como:	
Circulante	62.272
Não Circulante	554.688

- (a) Em 28 de maio de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$687.664, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros médio ponderado de 2,17% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de outubro de 2018 e com liquidação prevista em 15 de setembro de 2032 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de janeiro de 2019 com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2032.
- (b) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$145.764, para a implantação dos Reforços de seu projeto. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA + 6,81% ao ano. Esse financiamento será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "A" e 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "B". A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de novembro de 2023 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de abril de 2024, ambos com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2034.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 30 de setembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2025</u>
2027	65.520
2028	73.193
2029	82.685
2030 em diante	333.290
Total	<u>554.688</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VII;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,30 (um inteiro e três décimos).

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte porcento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

11. Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão
Saldo em 31 de dezembro de 2023	478.142
Juros e variação monetária	45.993
Pagamentos Principal	(15.015)
Pagamentos Juros	(44.769)
Custo de transação	691
Saldo em 30 de setembro de 2024	465.042
	481.614
Juros e variação monetária	47.458
Pagamentos Principal	(17.024)
Pagamentos Juros	(46.719)
Custo de transação	690
Saldo em 30 de setembro de 2025	466.019
Classificado como:	<u>30/09/2025</u>
Circulante	28.362
Não Circulante	437.657

Em 15 de dezembro de 2018, a Argo VII realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$395.000, com vencimento em 17 de março de 2036 e taxa de remuneração de IPCA + 8,28% a.a., destinadas à implantação das instalações de energia elétrica da Companhia.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Debêntures--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 30 de setembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2025</u>
2027	29.620
2028	29.621
2029	15.077
2030 em diante	363.339
Total	437.657

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Debêntures--Continuação

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte porcento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas

12. PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Amortização	Saldos em 30/09/2025
PIS e COFINS Diferidos				
Total	259.550	28.583	(33.705)	254.428
	259.550	28.583	(33.705)	254.428
Classificados como:				
Circulante	30.022			29.917
Não circulante	229.528			224.511

13. Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

13. Contingências--Continuação

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$1.596 (R\$3.077 em 31 de dezembro de 2024).

13.1. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 30 de setembro de 2025, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$18.020 (R\$14.121 em 31 de dezembro de 2024).

14. Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2025, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$980 (R\$1.208 em 31 de dezembro de 2024) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Natureza	Parte relacionada	30/09/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contrato de rateio de custos	Argo Transmissão de Energia S.A.	-	980	-	1.121
	Argo III	-	-	-	58
	Argo VI	-	-	-	29
	Argeb				
Dividendos	Empreendimentos e Participações S.A.	-	49.246	-	1.492
	Total	-	50.226	-	2.700

14.1. Remuneração da Administração

Em 30 de setembro de 2025 a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$7.314 (R\$6.826 em 30 de setembro de 2024), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

14. Partes relacionadas--Continuação

14.1. Remuneração da Administração--Continuação

	30/09/2025	30/09/2024
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	2.693	2.354
Encargos sociais	1.602	1.002
Bônus	3.019	3.470
Total	7.314	6.826

15. Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$504.397 tendo sido integralizados 504.397.379 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	30/09/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	100	504.397.379	100

15.1. Reservas de lucros

15.1.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

15.1.2. Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 28 de abril de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de R\$138.746 a título de dividendos adicionais.

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Pagamento	Saldos em 30/09/2025
Dividendos a pagar	1.492	138.746	(90.992)	49.246
Total	1.492	138.746	(90.992)	49.246
Classificados como:				
Circulante	1.492			49.246
Não circulante	-			-

16. Receita líquida

	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Receita de construção	-	-	12.845	38.633
Receita de remuneração do ativo de contrato	83.480	294.096	80.751	268.007
Receita de operação e manutenção	4.957	14.911	4.977	14.555
Parcela variável e outras deduções	(1.655)	(2.825)	(30)	(46)
Outras receitas		2	3.738	4.576
Receita bruta	86.782	306.184	102.281	325.725
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(705)	(6.284)	(2.353)	(9.926)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(6.897)	(20.685)	(4.307)	(18.294)
(-) Encargos regulatórios	(999)	(2.982)	(990)	(2.734)
Receita líquida	78.181	276.233	94.631	294.771

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
 Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

17. Custos e despesas por natureza

	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Serviços de terceiros	(3.291)	(8.638)	(2.942)	(9.461)
Custo de construção	-	-	(9.979)	(30.014)
Pessoal	(2.236)	(7.839)	(1.485)	(6.725)
Arrendamentos e aluguéis	(89)	(265)	(85)	(320)
Depreciação e Amortização	(74)	(232)	26	46
Seguros	(158)	(572)	(211)	(635)
Tributos	(30)	(104)	(10)	(49)
Materiais	(32)	(83)	(64)	(149)
Revisão tarifária periódica	(111.910)	(111.910)	-	-
Outros	(142)	(276)	(38)	(143)
Total	(117.962)	(129.919)	(14.788)	(47.450)
Valores alocados a:				
Custos de construção	-	-	(9.979)	(30.014)
Custos de operação e manutenção	(3.939)	(11.189)	(3.438)	(11.611)
Despesas gerais e administrativas	(2.113)	(6.820)	(1.371)	(5.825)
Outras despesas e receitas operacionais (*)	(111.910)	(111.910)	-	-

(*) Montante referente ao impacto da RTP conforme nota explicativa nº 1.

18. Resultado financeiro

	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	6.312	16.110	3.595	10.969
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(293)	(749)	(168)	(513)
Outras receitas financeiras	318	337	1.163	1.173
Total	6.337	15.698	4.590	11.629
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(17)	(337)	(71)	(71)
Juros e variação monetária	(29.224)	(97.029)	(27.230)	(88.098)
Outras despesas financeiras	(963)	(1.828)	(936)	(1.588)
Total	(30.204)	(99.194)	(28.237)	(89.757)
Resultado financeiro líquido	(23.867)	(83.496)	(23.647)	(78.128)

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	30/09/2025	30/09/2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	62.818	169.193
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(21.358)	(57.526)
Incentivos Fiscais (*)	-	15.498
Adições e Exclusões Permanentes	70	(13)
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	(55)	(114)
(+) Outros	(2)	(1.632)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(21.345)	(40.543)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	-	(3.244)
Alíquota efetiva	34%	26%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

19.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(54.870)	390.235	335.365
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	1.466	-	1.466
Contratos de concessão (b)	(22.385)	61.462	39.077
Saldos em 30 de setembro de 2024	(75.789)	451.697	375.908
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(79.619)	475.761	396.142
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(21.513)	-	(21.513)
Contratos de concessão (b)	(10.334)	53.192	42.858
Saldos em 30 de setembro de 2025	(111.466)	528.953	417.487

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
 Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Resultado por ação

	01/07/2025 A 30/09/2025	01/01/2025 A 30/09/2025	01/07/2024 A 30/09/2024	01/01/2024 A 30/09/2024
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do período	(49.063)	41.473	41.279	125.406
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	504.397.379	504.397.379	504.397.379	504.397.379
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,0973)	0,0822	0,0818	0,2486

21. Instrumentos financeiros

21.1. Hierarquia do valor justo

Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil		
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	8.704	7.967	8.704	
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	73.926	79.106	73.926	
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	67.389	76.755	67.389	
Total			150.019	163.828	150.019	
Custo amortizado:						
Contas a receber de clientes	6	2	44.779	38.973	44.779	
Total			44.779	38.973	44.779	
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores		2	2.216	9.514	2.216	
Empréstimos e Financiamentos	10	2	616.960	636.491	616.960	
Debêntures	11	2	478.037	480.604	466.019	
Contas a pagar - partes relacionadas	14	2	980	1.208	980	
Dividendos a pagar	15.2		49.246	1.492	49.246	
Outros passivos		2	21.463	16.653	21.463	
Total			1.168.902	1.145.962	1.156.884	

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Hierarquia do valor justo--Continuação

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros:

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

21.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 30 de setembro de 2025.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

21.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de setembro de 2025, a exposição máxima do risco de crédito das contas a receber de clientes é de R\$44.779 (R\$38.973 em 31 de dezembro de 2024).

21.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

21.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

21.2.3. Risco de mercado--Continuação

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

21.2.4. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de setembro de 2025, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	2.216	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	62.272	65.520	73.193	415.975
Debêntures	28.362	29.620	29.621	378.416
Total	92.850	95.140	102.814	794.391

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Instrumentos financeiros---Continuação

21.3. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de setembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de setembro de 2025, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,21% ao ano, para o IPCA, é de 4,02% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de setembro de 2025 é de 7,91% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	8.704	1.150	863	575
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	73.926	9.766	7.325	4.883
Fundos restritos	Redução do CDI	67.389	8.902	6.677	4.451
Total		150.019	19.818	14.865	9.909
Empréstimos e Financiamentos		Aumento da TJLP	616.960	48.802	36.602
Debêntures		Aumento do IPCA	478.037	19.217	14.413
Total			1.094.997	68.019	34.010

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
Período de três meses findo em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

22. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam procedimento de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas e riscos, considerando a natureza da atividade. Em 30 de setembro de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	50.000	07/09/2026

23. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	30/09/2025	30/09/2024
Compensação de IRPJ	-	15.498

24. Eventos subsequentes

24.1. Aprovação de dividendos

Em outubro de 2025, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$14.762 provenientes das reservas de lucros da Companhia.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Bruno Felizardo Felipe
Coordenador Contábil
CRC RJ-115531/O